

Jogos Difíceis

Congresso

Os líderes do Congresso estão correndo o risco de ultrapassar os limites do otimismo para invadir os da insensatez. Já não é o bom senso que inspira a rigidez de posições no curso de um diálogo proposto pelo Governo e que pressupõe, por ser diálogo, a disposição de cada uma das partes para ouvir a outra com lealdade e chegar ao acordo reclamado de fora, com impaciência crescente, pelo interesse nacional.

Francamente insensato será nutrir o diálogo pelo diálogo, perdendo-se de vista o seu objetivo imediato e sem que a instituição parlamentar tome consciência de seus efeitos futuros. É preciso evitar que isto ocorra. O Congresso está sendo posto à prova quanto à sua capacidade de repartir com o Executivo a responsabilidade de governar o país. Da maneira como responda ao grande teste da crise atual, dependerá a natureza do papel que lhe tocará representar na nova democracia brasileira, quando reestruturada pelo estatuto cuja elaboração tem sido sintomaticamente retardada.

É certo que as dificuldades resultantes do teste eleitoral a que o Governo se submeteu em 82 o deixaram sem alternativa, senão a dos acordos buscados no meio partidário e parlamentar. Dir-se-á que sem isto o Governo continuaria a desconhecer o Congresso como Poder e já teria resolvido o problema agora posto, à revelia dos homens que referendariam de qualquer modo a solução dada. Mas não é possível desconhecer, principalmente dentro das Casas legislativas emudecidas e manietadas durante quase 20 anos, que a isto chegou o Governo por fidelidade à meta democrática. Perdeu nas urnas a maioria absoluta da Câmara porque já havia abandonado antes a via autoritária. Vê-se na contingência de negociar projetos relativos à política econômica por considerar inegociável seu projeto democrático.

A isto não pode responder o Congresso como se estivesse indo à forra da marginalização de que está saindo. É a esse tipo inconcebível e perigoso de resposta que se pode chegar pelo excesso de avaliação do papel que cabe aos congressistas na abertura da única saída para a crise atual. O Congresso, em síntese, não pode adotar como lema a frase que uma figura ilustre do PDS deixou escapar em momento pouco feliz de reivindicação de prestígio: "A decisão da política salarial é nossa." Excluir do possessivo o Governo seria erro funesto, antes de tudo por significar um desconhecimento simulado da competência do Executivo na matéria e uma supervvalorização do concurso — importante mas limitado — que nela se deve pedir das Casas parlamentares.

Do otimismo festivo e arrogante de certos setores da Câmara e do Senado — se não se confirmarem os últimos sinais de uma vitória do bom senso e do

equilíbrio — resultaria apenas a confirmação ampla das razões articuladas pelo pensamento autoritário, em setores conhecidos, contra a utilidade de um Legislativo plenamente investido nas prerrogativas de sua função constitucional. Paralelamente ao equívoco da proclamação pedessista, houve um grito de vitória do Presidente da Câmara, inteiramente fora de propósito: "Estamos exercendo nossas prerrogativas de fato; e elas virão de direito, por consequência, no bojo da reforma constitucional."

Não é de manifestações como essa, impetuosa mente infanto-juvenis, que o Congresso necessita para se afirmar. Urge, em nome de seu prestígio atual e futuro, que seus líderes tomem consciência da realidade concreta diante da qual estão situados mas não despertos. O Congresso será tanto mais forte quanto mais lúcido se mostrar em face das questões objetivas que cumpre ao Governo solucionar, com o seu concenso mas não com a afirmação exclusiva de sua vontade. O Governo, como disse um Ministro da área econômica, está "jogando um jogo difícil", que consiste em negociar com sucesso cerca de 30 bilhões de dólares no exterior.

É da mais alta importância, do ponto-de-vista da consolidação da democracia, que o Congresso esteja chamado a participar (necessariamente) desse jogo. Do mesmo ponto-de-vista, no entanto, será altamente preocupante se os congressistas — independentemente de Partidos — não tiverem noção exata dos limites de sua participação. A um parceiro que põe o jogo a perder, ninguém volta a chamar para outra partida. Se ele, ao contrário, contribui decisivamente para a vitória, não há jogador que desfaça ou dispense a parceria.

O Governo cedeu mais alguma coisa ao anunciar a decisão de não substituir o decreto-lei em exame antes que o PDS ofereça a alternativa proposta pelos competentes membros de sua comissão especial. Prestigiado o Partido dito oficial, o PMDB mostrou-se disposto a colaborar com ele — o que não deixa de ser um progresso entre homens que medem a altura do Poder pelas rampas dos palácios. Mas é preciso que nada disto ocorra com exclusão da realidade nua e crua, da realidade chocante da crise de crédito que o Brasil precisa vencer. O Congresso precisa conhecê-la como se apresenta e não como os congressistas gostariam que fosse. Precisa encará-la, antes de tudo, como oportunidade para provar que vale a pena praticar este outro jogo, mais importante porque tem regras permanentes e não conjunturais: o jogo democrático — que é preciso ganhar com o uso predominante da razão.